



Small text in the top left corner.

**CURSO DE 2ª FASE**

# ESTRATÉGIA OAB

## DIREITO CIVIL

Small text in the middle right area.

Small text in the bottom left corner.

# SIMULADO DE REPESCAGEM - COM CORREÇÃO EM VÍDEO – DIREITO CIVIL

## Peça prático-profissional

Júlia ajuizou ação sob o rito ordinário, distribuída à 34.<sup>a</sup> Vara de Família de São Paulo – SP, com o objetivo de ver declarada a existência de união estável que alega ter mantido, de 1989 a 2015, com Jonas, já falecido. Arrolou a autora, no polo passivo da lide, o nome dos herdeiros de Jonas, que, devidamente citados, apresentaram contestação no prazo legal. Preliminarmente, os réus alegaram que:

- o pedido seria juridicamente impossível, sob o argumento de que Jonas, apesar de não viver mais com sua esposa havia trinta anos, ainda era casado com ela, mãe dos réus, quando falecera, algo que inviabilizaria a declaração da união estável, por ser inaceitável admiti-la com pessoa casada;
- a autora não teria interesse de agir, sob o argumento de que Jonas não deixara pensão de qualquer origem, sendo inútil a ela a simples declaração;
- o pedido encontraria óbice na coisa julgada, sob o fundamento de que, em oportunidade anterior, a autora ajuizara, contra os réus, ação possessória na qual, alegando ter sido companheira do falecido, pretendia ser mantida na posse de imóvel pertencente ao último, tendo sido o julgamento dessa ação desfavorável a ela, sob a fundamentação de que não teria ocorrido a união estável;
- haveria litispendência, sob o argumento de que já tramitava, na 1.<sup>a</sup> Vara de Órfãos e Sucessões de São Paulo – SP, ação de inventário dos bens deixados pelo falecido, devendo necessariamente ser discutido naquela sede qualquer tema relativo a interesse do espólio, visto que o juízo do inventário atrai os processos em que o espólio é réu.

No mérito, os réus aduziram que Jonas era homem dado a vários relacionamentos e, apesar de ter convivido com a autora sob o mesmo teto, tinha uma namorada em cidade vizinha, com a qual se encontrava, regularmente, uma vez por semana, no período da tarde.

Considerando as matérias suscitadas na defesa, o juiz conferiu à autora prazo para manifestação.

Considerando a situação hipotética apresentada, na qualidade de advogado(a) contratado(a) por Júlia, redija a peça processual cabível em face das alegações apresentadas na contestação.

1	
2	
3	
4	
5	

6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	

34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	
61	

62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	

90	
91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	

118	
119	
120	
121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	

146	
147	
148	
149	
150	



## Questão 01

João da Silva, maior e capaz, efetuou verbalmente, no dia 07/09/2017, na cidade de Manaus, a compra de uma motocicleta usada por R\$ 5.000,00, de José dos Santos, maior e capaz. Como João não tinha o dinheiro disponível para cumprir com sua obrigação e, visando solucionar este problema, ofereceu a José dois celulares, um aparelho de som e uma televisão de tela plana, que, somados, chegariam a valor equivalente, como pagamento.

A) É cabível efetivar o pagamento pelo meio sugerido por João, mesmo que José se recuse a recebê-lo?

B) Suponha que numa execução judicial José penhorasse um bem de Maria, esposa de João, casados eles no regime da comunhão parcial de bens. Tal bem fora recebido por ela por herança de seu pai, recém-falecido. Qual a medida judicial que deveria ela adotar para evitar que o bem fosse levado a leilão?

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	

27	
28	
29	
30	

## Questão 02

Carlos Henrique, residente em Curitiba/PR, firmou, em 12/07/2017, com a Segure-se Companhia Seguradora S/A, sediada na cidade do Rio de Janeiro/RJ, contrato de seguro de seu veículo. A apólice prevê cobertura para sinistros ocorridos em todo o país. Em 07/12/2017, Carlos Henrique, passeando pela cidade de Brasília/DF, teve seu veículo furtado no estacionamento gratuito do Shopping Compre Feliz.

A) Caso Carlos Henrique acione a Segure-se Companhia Seguradora S/A, visando a receber o valor do bem segurado, e a seguradora se negue a cobrir os danos sofridos, alegando não haver cobertura securitária para o infortúnio, poderá Carlos Henrique demandar a seguradora na Comarca de Curitiba/PR?

B) O Shopping Compre Feliz possui o dever de ressarcir Carlos Henrique pelo furto de seu veículo? Fundamente.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	

27	
28	
29	
30	

### Questão 03

Sueli, pessoa solteira e sem filhos, adquiriu, mediante financiamento, móveis em uma grande loja de departamentos. Paga em dia a última parcela do financiamento, Sueli faleceu, vítima de acidente automobilístico. Seu pai, Lúcio, viúvo, passou a receber cobrança da referida loja contra Sueli. Sabedor da retidão do caráter da filha, Lúcio procurou e achou os comprovantes de pagamento e quitação da dívida e os levou até a loja. Contudo, tempos depois, recebeu a comunicação de que o nome de Sueli havia sido negativado, ante o inadimplemento das dívidas dela.

Em face dessa situação hipotética, analise os itens adiante:

A) Qual a providência judicial que deverá ser tomada para a compensação do prejuízo imaterial sofrido por Sueli?

B) Qual a legitimação para a tomada dessa medida?

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	

25	
26	
27	
28	
29	
30	

## Questão 04

Edson vendeu veículo de sua propriedade a Bruna, estipulando que o pagamento deveria ser feito a Tânia. Trinta dias depois da aquisição, o motor do referido veículo fundiu. Edson, embora conhecesse o vício, não o informou a Bruna e, ainda, vendeu o veículo pelo preço de mercado. Desejando resolver a situação, Bruna, que depende do automóvel para o desenvolvimento de suas atividades comerciais, procurou auxílio de profissional da advocacia, para informar-se a respeito de seus direitos.

A) Qual a medida judicial cabível para a defesa dos interesses de Bruna?

B) Qual a responsabilidade de Tânia e de Edson na situação narrada?

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	

28	
29	
30	